



- **art. 6º:** registro da arma de fogo permite apenas que a arma fique em casa ou local de trabalho, do contrário é crime.

▶ **Posse irregular de arma de fogo de uso permitido - art. 12**

- admite a tentativa (difícil ocorrer na prática)
- quanto não há registro dessa arma de fogo
- não necessariamente no domicílio, visto que a pessoa pode ter residência em outro local.

↳ **pena de detenção**

@beatriznamiestudies

▶ **omissão de cautela - art. 13**

- única modalidade culposa prevista na lei
- não admite tentativa

Empresas de segurança e transporte devem comunicar o extravio da arma em até 24h após o extravio, do contrário incorre neste crime.

▶ **Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido - art. 14**

- a pena é maior e tem pena de reclusão, além de multa
- artigo com vários verbos, porém, **crime único**.
- **admite tentativa**, embora de difícil configuração

▶ **STJ:** uma vez apreendida uma arma de fogo sem registro, o agente responde por crime mesmo que não reste comprovado um perigo concreto, pois é um crime de perigo presumido/abstrato. Se acontecer dessa arma ser encaminhada p/ a perícia e constatar que ela é impossibilitada de atirar, não responde por nada, é um **fator atípico**.

- **perícia não é imprescindível**, ou seja, pode ser descartada

- se o agente for encontrado com mais de uma arma, **responde por crime único**.

Estaduto do desarmamento

@beatriznamiestudies

Lei 10.826/2008

É uma lei regulamentada por decretos: nº 9.845/2019, nº 9.846/ e nº 9.847.

Sistemas

Sinarm: sistema nacional de armas

Sigma: sistema de gerenciamento militar de armas

O Sinarm não serve p/ todas as armas, para isso temos o Sigma.

Art. 2º: o que compete ao Sinarm: basicamente realizar cadastros ou registros p/ manter um controle.

Art. 3º: Sinarm é instituído no âmbito da PF.

Art. 4º: Sigma é instituído no âmbito do comando do exército

- bem jurídico tutelado: segurança e incolumidade pública
- sujeito passivo: Estado e coletividade
- crime de previsão, presumido, perigo abstrato
- É uma norma penal em branco heterogênea: porque a complementação vem de decretos e não da lei.

Decreto 9.847:

Art. 2º: arma de fogo de uso permitido e as características serão analisadas pelo Exército.

II- armas de uso restrito também cabe ao Exército.

III- armas de uso proibido

Decreto 10.030/2019 - PCE (produto controlado pelo exército): anexo

III - dispõe sobre o acessório de arma de fogo.

Art. 4º desta lei: requisitos p/ requisição de arma de fogo.